

EMPREENDEDORISMO GASTRONÔMICO E VULNERABILIDADE SOCIAL FEMININA: RESULTADOS DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO E PESQUISA EM UM MUNICÍPIO DO AGRESTE BAIANO

GASTRONOMIC ENTREPRENEURSHIP AND FEMALE SOCIAL VULNERABILITY: RESULTS OF THE IMPLEMENTATION OF EXTENSION AND RESEARCH PROJECTS IN A MUNICIPALITY IN THE AGRESTE OF BAHIA

EMPRENDIMIENTO GASTRONÓMICO Y VULNERABILIDAD SOCIAL FEMENINA: RESULTADOS DE LA EXECUCIÓN DE PROYECTOS DE EXTENSIÓN E INVESTIGACIÓN EN EL MUNICIPIO DE AGRESTE BAIANO

Stefanie Amaral da Silva Rabelo¹ 
Fernanda Meneses de Miranda Castro¹ 
Valmir Soares dos Santos¹ 

¹Instituto Federal Baiano, Catu, BA, Brasil

Data de submissão: 22/11/2024 – Data de aceite: 14/04/2025

Resumo: Objetivo – Apresentar os resultados da execução de projetos de extensão e pesquisa que buscaram capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social em um município do Agreste Baiano através de iniciativas de empreendedorismo gastronômico.

Desenho/metodologia/abordagem – A pesquisa foi executada com metodologia da pesquisa-ação. A ação extensionista realizou diagnóstico do público-alvo, levantamento de demandas, ciclos de palestras e oficinas de capacitação na área de empreendedorismo e gastronomia. A ação de pesquisa buscou analisar os motivos da ausência do engajamento de mulheres em propostas de empreendedorismo gastronômico como alternativa para o autossustento através de pesquisa exploratória, análise de dados primários e secundários do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município, além de entrevistas, questionários e atividades dirigidas.

Resultados – A pesquisa concluiu que há a necessidade de realização de estudos em busca de ações mais efetivas para a diminuição da vulnerabilidade social das mulheres do município.

Limitações/implicações da pesquisa – A ausência de estudos anteriores sobre o tema vulnerabilidade social feminina e empreendedorismo gastronômico e o acesso limitado às entrevistadas, o que não permitiu uma análise mais aprofundada das causas, além da ausência de engajamento em iniciativas de empreendedorismo gastronômico.

Implicações práticas – Ampliar o entendimento sobre políticas, programas e projetos de combate à vulnerabilidade social feminina através do empreendedorismo gastronômico para ações mais exitosas para o referido público-alvo.

Originalidade/valor – Este artigo contribui para o desenvolvimento de ações mais efetivas para o combate à vulnerabilidade social feminina através de iniciativas de empreendedorismo gastronômico.

Palavras-chave: Empreendedorismo Gastronômico; Mulheres; Vulnerabilidade Social; Ação Social.

Stefanie: Especialista em Gestão Condominial, Gestão Gastronômica e Negócios em Alimentação pela Faculdade de Minas (Facuminas). Montes Claros, MG, Brasil. E-mail: rabelostefanie@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8377-0431>

Fernanda: Doutora e Professora no Instituto Federal Baiano (Catu), BA, Brasil. E-mail: fernanda.castro@ifbaiano.edu.br | Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2404-1677>

Valmir: Especialista em Matemática, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho e Servidor do Instituto Federal Baiano (Catu), BA, Brasil. E-mail: valmir.santos@catu.ifbaiano.edu.br | Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-1829-7360>

Abstract: Purpose – to present the results of the implementation of extension and research projects that sought to professionally train women in situations of social vulnerability in a municipality in the Agreste region of Bahia, through gastronomic entrepreneurship initiatives.

Design/methodology/approach – The research was carried out using the action research methodology. The extension action carried out a diagnosis of the target audience, a survey of demands, lecture series and training workshops in the area of entrepreneurship and gastronomy. The research action sought to analyze the reasons for the lack of engagement of women in gastronomic entrepreneurship proposals as an alternative for self-sustainability through exploratory research, analysis of primary and secondary data from the agency responsible for social development and poverty alleviation in the municipality, as well as interviews, questionnaires and guided activities.

Findings – The research concluded that there is a need for studies to search for more effective actions to reduce the social vulnerability of women through entrepreneurship and gastronomy in the municipality.

Research limitations/implications – the absence of previous studies on the topic of female social vulnerability and gastronomic entrepreneurship and limited access to the interviewees, which did not allow for a more in-depth analysis of the causes, in addition to the lack of engagement in gastronomic entrepreneurship initiatives.

Practical implications – to broaden the understanding of policies, programs and projects to combat female social vulnerability for more successful actions for this target audience.

Originality/value – This article contributes to the development of more effective actions to combat female social vulnerability through gastronomic entrepreneurship initiatives.

Keywords: Gastronomic Entrepreneurship; Women; Social Vulnerability Social Action.

Resumen: Objetivo – presentar los resultados de la ejecución de proyectos de extensión e investigación que buscaron formar profesionalmente mujeres en situación de vulnerabilidad social en un municipio del Agreste Baiano a través de iniciativas de emprendimiento gastronómico.

Diseño/metodología/enfoque – La investigación se llevó a cabo utilizando la metodología de investigación-acción. La acción de extensión realizó diagnóstico del público objetivo, relevamiento de demandas, ciclos de conferencias y talleres de capacitación en el área de emprendimiento y gastronomía. La investigación-acción buscó analizar las razones de la falta de participación de las mujeres en propuestas de emprendimiento gastronómico como alternativa de autosostenimiento a través de investigación exploratoria, análisis de datos primarios y secundarios del órgano responsable del desarrollo social y combate a la pobreza en el municipio, además de entrevistas, cuestionarios y actividades dirigidas.

Hallazgos – La investigación concluyó que existe la necesidad de realizar estudios en busca de acciones más efectivas para reducir la vulnerabilidad social de las mujeres en el municipio.

Limitaciones/implicaciones de la investigación – La ausencia de estudios previos sobre la temática de vulnerabilidad social femenina y emprendimiento gastronómico y el limitado acceso a las entrevistadas, lo que no permitió un análisis más profundo de las causas, además de la falta de involucramiento en iniciativas de emprendimiento gastronómico.

Implicaciones prácticas: ampliar la comprensión de las políticas, programas y proyectos para combatir la vulnerabilidad social femenina para lograr acciones más exitosas para este público objetivo.

Originalidad/valor – Este artículo contribuye al desarrollo de acciones más efectivas para combatir la vulnerabilidad social femenina a través de iniciativas de emprendimiento gastronómico.

Palabras Clave: Emprendimiento Gastronómico; Mujeres; Vulnerabilidad Social; Acción Social.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social diz respeito ao cenário de precariedade socioeconômica. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), cerca de 60,4 milhões de brasileiros vivem nessa condição (Neri, 2021). As famílias que sofrem com a vulnerabilidade social estão desassistidas de moradia, saúde, educação e possuem poucos recursos financeiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), de 2022 a 2023, o percentual da população do país abaixo da linha de pobreza atingiu 27,4%, menor percentual desde 2012.

Não obstante, a vulnerabilidade, no contexto da discussão dos gêneros, apresenta para a mulher um papel central, pois, muitas vezes, por circunstâncias da própria realidade, a mulher assume sozinha a função de chefe de família. De acordo com Gomes e Pereira (2005), no Brasil, a exclusão social relaciona-se em maior parte com a pobreza, já que as pessoas que ocupam essa condição encontram-se em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas e, dessa maneira, a direitos básicos como a alimentação adequada e à insegurança alimentar, outro aspecto da vulnerabilidade social

que atinge diversos brasileiros. Os referidos autores ainda afirmam que os níveis de pobreza identificados na sociedade brasileira encontram causa determinante na estrutura desigual da sociedade, tanto no que se refere à distribuição da renda quanto a oportunidades de inclusão social e econômica.

Quando observadas as famílias chefiadas por mulheres nas camadas mais pobres da população, de acordo com Carvalho (1998), estas são, em grande parte, associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora, além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando, assim, maiores dificuldades para garantir a subsistência da família. Percebe-se, portanto, que ações que visam à qualificação profissional de mulheres podem configurar-se como uma eficiente ferramenta de minimização dos impactos que tal vulnerabilidade pode causar. O empreendedorismo gastronômico, nesse cenário, também pode ser empregado como uma alternativa ao novo formato do mundo do trabalho, em que tecnologia e inovação têm sido reconhecidas como estratégias de gestão.

O turismo gastronômico configura-se como um importante elo entre trabalho e empregabilidade. Por estar no setor de serviços, existe a possibilidade de inserção no microempreendedorismo individual. Ao se inserir nessa modalidade, a mulher tem a possibilidade de formalizar-se e incluir-se na população economicamente ativa de maneira criativa. A partir desse contexto, pesquisadores sentiram a necessidade de desenvolver ações de empreendedorismo gastronômico voltadas para mulheres enquadradas neste público em um município do Agreste Baiano.

Em 2019, foi elaborado um projeto, de caráter extensionista, que pretendeu capacitar profissionalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social naquele município através de iniciativas de empreendedorismo gastronômico. Contudo, a principal limitação da pesquisa foi a baixa adesão à sua proposta. Percebeu-se, portanto, a necessidade de realização de estudos para identificar as causas da falta de engajamento do público-alvo, visto que, conforme relatado por membros do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município, já houve outros projetos na área de gastronomia e em outras áreas e os resultados foram semelhantes aos alcançados naquele projeto, em termos de participação. Essa seria uma das causas da dificuldade em modificar a situação de vulnerabilidade social.

Assim, surgiu a proposta de uma pesquisa voltada para a identificação das causas desse contexto. Em 2020, foi desenvolvido um novo projeto que pretendeu analisar os motivos da ausência do engajamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social no mesmo município em propostas de empreendedorismo gastronômico e os resultados não mudaram.

Portanto, o objetivo geral deste artigo é apresentar os resultados da execução de projetos de extensão e pesquisa com mulheres em situação de vulnerabilidade social em um município do Agreste Baiano, através de iniciativas de empreendedorismo gastronômico.

Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, para maior familiarização com o tema, para propostas de intervenção. O método utilizado foi a pesquisa ação, a qual se aplica em qualquer ambiente de interação social que se caracterize por um problema, no qual estão envolvidos pessoas, tarefas e procedimentos (Thiollent, 1985).

Acredita-se que a importância deste trabalho reside no seu impacto social – desenvolvimento de uma atuação pedagógica, voltada para os interesses e necessidades da sociedade, na busca da superação das desigualdades, da exclusão, contribuindo com a implementação de políticas públicas e com o desenvolvimento local e regional e a relação dialógica com a sociedade, além da articulação dos saberes acadêmico e popular, por meio do empreendedorismo gastronômico, possibilitando a produção de conhecimento e o desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.

Ademais, é importante considerar o empreendedorismo gastronômico como uma das principais vertentes da atividade turística. Ao analisar a cadeia produtiva do turismo, o sistema turístico e a função da iniciativa privada, observa-se que o empreendedorismo e a gastronomia exercem papéis fundamentais para o pleno desenvolvimento do turismo pois, ao estruturar este segmento, aumenta-se a potencialidade dos destinos em relação à sua oferta de serviços, tornando o produto turístico mais atrativo e, desse modo, ampliando a possibilidade de receber visitantes.

REVISÃO TEÓRICA

Empreendedorismo Gastronômico

O empreendedorismo gastronômico é uma vertente do empreendedorismo, focada na criação e no desenvolvimento de negócios no setor de alimentos e bebidas. Esse campo abrange desde restaurantes e cafés até *food trucks* e serviços de *catering*. Não se limita apenas à produção e comercialização de alimentos e bebidas, é um processo de negócio. Por isso, deve ser bem planejado, considerando as diversas variáveis que se apresentam a partir de sua concepção, pois segundo

Mohand-Amar *et al.* (2024), criar um empreendimento é um processo extenso e desafiador que requer um esforço pessoal significativo.

Audretsch e Moog (2022) destacam que o empreendedorismo configura-se como um fenômeno dinâmico, cujas implicações ultrapassam a esfera econômica, alcançando dimensões sociais e culturais. Nesse sentido, além de impulsionar a criação de novos empreendimentos e promover a inovação, o empreendedorismo afeta diretamente as relações sociais e os vínculos comunitários, fortalecendo laços entre os indivíduos que compartilham o mesmo território. Essa dinâmica contribui para a consolidação de redes sociais locais e para a valorização de saberes e práticas culturais, especialmente em comunidades onde o empreendedorismo é impulsionado por necessidades socioeconômicas.

O empreendedorismo, então, implica na economia, tornando-a mais dinâmica, ao promover a integração das pessoas que compõem o grupo social da localidade em que se encontra. Além disso, faz com que surja um novo modo de existência, ou seja, o empreendedorismo transforma culturalmente a comunidade local.

No Brasil, as regiões menos favorecidas economicamente, como comunidades e locais afastados dos centros urbanos, enfrentam dificuldades estruturais que comprometem seu desenvolvimento. Cavalcante (2022) diz que a ausência de uma diretriz unificada nas políticas de desenvolvimento regional contribui para a perpetuação das desigualdades, resultando na migração em massa para metrópoles já sobrecarregadas. Dessa forma, promover ações que fortaleçam essas localidades é essencial para mitigar os impactos sociais e econômicos decorrentes desse deslocamento populacional.

Segundo Duarte & Fuini (2021, p. 9), “a interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica trouxe impactos significativos nos territórios locais e regionais”, promovendo preparo técnico e profissional para comunidades afastadas. Já Elias *et al.* (2019) defendem que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio das compras diretas da agricultura familiar, fomenta mudanças significativas com impactos positivos. Entre elas, destacam-se a maior geração de empregos, o aumento da parcela dos recursos destinados à remuneração do trabalho e o crescimento dos efeitos indiretos na movimentação econômica.

Esses exemplos demonstram a responsabilidade do Estado brasileiro e da sociedade no desenvolvimento dessas localidades, as quais podem apresentar potencial turístico, gastronômico e cultural. Promover o desenvolvimento nessas regiões pode ser um fator determinante para fomentar o empreendedorismo local e provocar mudanças profundas nas comunidades. Exemplos dessas mudanças incluem a emancipação das mulheres, o rompimento com a cultura da violência contra a mulher e a saída da situação de vulnerabilidade social, permitindo que as mulheres sejam mais ativas e participativas na contribuição para a renda familiar (Morais & Rodrigues, 2018).

Para que esse desenvolvimento ocorra, segundo Freitas e Lima (2023), é fundamental considerar as particularidades e distinções das regiões em países de dimensões continentais como o Brasil. Compreender essas especificidades permite uma análise mais precisa das realidades locais e regionais, viabilizando a criação de projetos personalizados e adequados às necessidades de cada contexto, o que favorece um desenvolvimento mais eficiente e sustentável.

Para Welter & Smallbone (2009), na ação de empreender, criando e/ou desenvolvendo um negócio, é importante sempre considerar que se trata de um processo de aprendizado. Nesse sentido, a prática do empreender trará sempre um ganho pessoal para o indivíduo que desenvolve este trabalho. Entretanto, esse aprendizado pode ser potencializado ainda mais com a inclusão de conhecimento técnico, construído a partir de instituições reconhecidas e que têm competência para tal.

Partindo dessa perspectiva, em um contexto de empreendedorismo gastronômico, a inovação assume um papel central e pode manifestar-se através da criação de novos pratos, da incorporação de ingredientes locais, da implementação de práticas sustentáveis e do uso de tecnologias modernas para aprimorar a experiência do cliente. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a inovação é um elemento fundamental para o sucesso do empreendedorismo, pois permite que os negócios se destaquem, agreguem valor e atendam melhor às necessidades do mercado. Esse contexto é particularmente relevante no desenvolvimento local, onde poucos empreendedores exploram soluções inovadoras a partir de recursos nativos da região. Para isso, é essencial que os empreendedores sejam persistentes, comprometidos, tenham a capacidade de calcular riscos e iniciativa, na busca por oportunidades (SEBRAE, 2024).

Outro fator muito importante é a diversificação de mercado que, em certas circunstâncias, pode garantir a sobrevivência do negócio, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico local. Tal desenvolvimento pode, por sua vez, “contribuir diretamente para que um determinado local desenvolva suas potencialidades e capacidades, gerando inclusão social, igualdade de renda, qualidade de vida” (Reis *et al.*, 2006, p. 23). Os autores ainda afirmam que as ações políticas são para a concessão de infraestrutura adequada, incentivos fiscais, apoio para o desenvolvimento com instituições de fomento que criem pesquisas e tecnologia, as quais se configuram como apoio ao empreendedorismo e surgimento de novas empresas (Reis *et al.*, 2006, p. 23).

A implementação mediante capacitação das formas de empreender, como cooperativas, incubadoras, parques tecnológicos, arranjos produtivos e redes de empreendedores, é um fator estratégico para o desenvolvimento de pequenas localidades. Essas iniciativas podem estimular o envolvimento, a participação, a confiança e o comprometimento dos envolvidos, promovendo o fortalecimento socioeconômico local (Moreira & Costa, 2022). Cooperativas e redes de empreendedores desempenham um papel essencial na criação de oportunidades de trabalho e no fortalecimento de comunidades economicamente vulneráveis (Rodrigues & Lima, 2020).

Percebe-se, portanto, que o empreendedorismo gastronômico emerge como uma estratégia para mitigar a vulnerabilidade social, especialmente entre mulheres. Segundo Costa e Pereira (2023), o empreendedorismo feminino na gastronomia fortalece a autonomia financeira e contribui para a inclusão social, reduzindo desigualdades estruturais. Esse fenômeno afeta um grupo específico de mulheres que, devido a determinadas características, tornam-se mais expostas a fatores que comprometem sua condição socioeconômica, tornando-as mais vulneráveis em comparação à maioria da população.

Embora o empreendedorismo gastronômico seja visto como uma estratégia promissora para a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, há uma escassez de estudos que documentem casos exitosos de forma consistente e aprofundada. A maioria dos trabalhos existentes aborda o tema de maneira ampla, discutindo o impacto geral do empreendedorismo feminino e a relevância da gastronomia, mas sem exemplos concretos de resultados práticos em contextos de vulnerabilidade social (Silva & Almeida, 2022). Essa lacuna na literatura científica indica a necessidade de pesquisas que investiguem e documentem experiências bem-sucedidas com dados empíricos que comprovem o impacto positivo dessas iniciativas.

Vulnerabilidade Social Feminina e Empreendedorismo Gastronômico

A vulnerabilidade social refere-se à condição de indivíduos ou grupos cuja desvantagem estrutural limita sua capacidade de enfrentar adversidades e acessar recursos essenciais para uma vida digna. Conforme Mah *et al.* (2023), essa vulnerabilidade ocorre quando más condições sociais determinam o grau de risco a que uma pessoa está exposta diante de eventos específicos na saúde, na natureza ou na sociedade. Caracteriza-se pela insuficiência ou ausência de proteção social, segurança econômica e acesso a serviços fundamentais, como saúde, educação, moradia e trabalho.

Enquanto a vulnerabilidade social em geral refere-se à exposição de indivíduos ou grupos a riscos decorrentes de desigualdades estruturais, a vulnerabilidade social feminina é agravada por normas de gênero que limitam as oportunidades e direitos das mulheres. Para Barbosa (2023), as mulheres ainda enfrentam desafios no mercado de trabalho, devido à percepção de fragilidade de gênero e questões familiares, como maternidade e licenças. Ainda segundo a autora, a discriminação persiste, limitando oportunidades e criando um ambiente laboral adverso, com assédio e desigualdade. Além disso, a pressão social impõe às mulheres uma tripla jornada, conciliando trabalho, maternidade e afazeres domésticos, reforçando estereótipos ultrapassados.

A falta de redes de apoio agrava essa vulnerabilidade econômica, tornando essencial a implementação de políticas públicas, que facilitem o crédito e incentivem a autonomia financeira feminina. Estudos recentes corroboram a visão de que mulheres empreendedoras em situação de vulnerabilidade social enfrentam desafios significativos, devido à falta de acesso à mentoria e à ausência de capacitação adequada. Por exemplo, a Rede Mulher Empreendedora (RME) tem como objetivo empoderar economicamente mulheres empreendedoras, oferecendo capacitação, mentorias e recursos para promover sua independência financeira e desenvolvimento de negócios sustentáveis (Rede Mulher Empreendedora, 2023). Essas iniciativas buscam mitigar a vulnerabilidade econômica feminina, proporcionando suporte educacional e profissional essencial para o desenvolvimento de negócios sustentáveis.

A pesquisa “Mulheres Empreendedoras e Seus Negócios”, publicada pela Rede Mulher Empreendedora, em 2022, aponta que 55% das mulheres empreendedoras enfrentaram dificuldades na busca por financiamento para seus negócios, no Brasil. Com relação aos homens, esse número cai para 33%. A pesquisa ainda aponta que 47% das mulheres não possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por falta de recursos para arcar com os custos associados. No Nordeste do país, apenas 36% das mulheres empreendedoras possuem, segundo dados daquela pesquisa.

De acordo com Buaride *et al.* (2022), as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres empreendedoras incluem questões familiares e psicológicas, gestão, crédito e condições gerais para empreender no Brasil. Essas barreiras variam conforme a formação acadêmica, setor de atuação e maternidade das empreendedoras.

A falta de capital restringe suas oportunidades de crescimento econômico, perpetuando sua dependência e aumentando sua vulnerabilidade e a desigualdade de gênero expressa na dificuldade em acessar capital também reflete as normas e

expectativas de gênero que subestimam a capacidade das mulheres como empreendedoras (Barbosa, 2023).

Além disso, mulheres negras empreendedoras enfrentam desafios adicionais devido à interseção de discriminações raciais e de gênero. Elas frequentemente lidam com falta de acesso a recursos financeiros, capacitação, redes de contatos e representatividade em setores específicos. Muitos negócios liderados por mulheres negras estão localizados em áreas com infraestrutura precária e têm menos acesso a serviços básicos (SEBRAE, 2023).

Essas dificuldades são exacerbadas durante crises econômicas ou sanitárias, tornando as empreendedoras ainda mais vulneráveis e limitando suas opções para manter ou expandir seus negócios.

Para o SEBRAE (2024), a resistência de mulheres em situação de vulnerabilidade social a alternativas de autossustento pode estar relacionada a fatores culturais e psicológicos. Muitas mulheres internalizam estereótipos de gênero que as posicionam como menos capazes ou aptas a assumir papéis empreendedores, um reflexo de desigualdades históricas no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Esses estereótipos frequentemente geram um fenômeno conhecido como *autossabotagem inconsciente* (grifo nosso), no qual as participantes subestimam suas habilidades e temem o fracasso (Sandua, 2025), preferindo manter-se na segurança relativa de benefícios sociais assistencialistas. Conforme apontado por Pinto (2011), essa dinâmica perpetua um ciclo de dependência e limita a autonomia econômica das mulheres, demonstrando a necessidade de intervenções que abordem tanto aspectos técnicos quanto questões de empoderamento emocional e psicológico.

Nesse sentido, o empreendedorismo gastronômico pode ser uma eficiente ferramenta de empoderamento econômico e social para mulheres em situação de vulnerabilidade. Ao proporcionar oportunidades para que essas mulheres iniciem e gerenciem seus próprios negócios, é possível promover a independência financeira e a autoestima, ao mesmo tempo em que se contribui para a inclusão social.

METODOLOGIA

Este artigo teve como objetivo central apresentar os resultados da execução de projetos de extensão e pesquisa com mulheres em situação de vulnerabilidade social em um município do Agreste Baiano, por meio de iniciativas de empreendedorismo gastronômico. Portanto, a descrição metodológica apresentada nesta seção refere-se aos passos da execução dos projetos. Foram realizadas pesquisas de caráter exploratório para maior familiarização com o tema, para propostas de intervenção. O método utilizado nas duas etapas foi a pesquisa-ação. Este é um tipo de pesquisa participante comumente usada na área da educação, contudo, também pode ser aplicada em qualquer ambiente de interação social que se caracterize por um problema, no qual estão envolvidos pessoas, tarefas e procedimentos.

De acordo com Thiollent (1985), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é criada e aplicada com iminente vínculo com uma ação ou com a solução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. Desse modo, desenvolveu-se o conhecimento e a compreensão como parte da prática. A pesquisa-ação caracteriza-se como uma modalidade investigativa em que o pesquisador atua simultaneamente como agente de desenvolvimento do espaço estudado, enquanto busca compreender, de forma aprofundada, o contexto investigado.

A seguir, são detalhadas as etapas e os instrumentos metodológicos adotados, assim como a participação das pessoas envolvidas na pesquisa. O público-alvo principal dos projetos foi identificado por meio do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município, sendo composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social. Com base nesse levantamento, foram realizados convites direcionados às mulheres cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, especialmente àquelas beneficiárias de programas de transferência de renda do Governo, para participarem das ações desenvolvidas nos projetos.

No projeto de extensão, cujo objetivo era capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social com iniciativas de empreendedorismo gastronômico, o trabalho foi desenvolvido em etapas, divididas conforme os objetivos propostos, realizadas entre maio e setembro de 2019. Num primeiro momento foram realizadas reuniões com a equipe executora do projeto para revisão de literatura sobre vulnerabilidade social, empreendedorismo gastronômico, emprego e renda e construção do cronograma de trabalho. Em seguida, foram agendadas entrevistas com o órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município para levantamento de dados primários e secundários. O levantamento permitiu o diagnóstico do público-alvo em termos de indicadores econômicos e sociais: faixa etária, renda *per capita*, grau de escolaridade, ocupação, quantidade de membros na família. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o público-alvo para diagnóstico de ações a serem executadas e reuniões de sensibilização para tentar conscientizar sobre

a importância do empreendedorismo.

Para o projeto de pesquisa, o qual teve o intuito de analisar os motivos da ausência do engajamento do público-alvo em propostas de empreendedorismo gastronômico como alternativa para o autossustento, optou-se por pesquisas em dados primários e secundários. Para a coleta de dados primários, realizada entre agosto e dezembro de 2020, foram elaborados alguns roteiros, entre eles, um questionário online aplicado com público-alvo e uma entrevista semiestruturada aplicada com o órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município. Os questionários foram encaminhados através do *Google Forms* para as participantes e foram elaborados para fazer levantamento dos aspectos socioeconômicos, experiência no ramo gastronômico, impacto da pandemia no custo de vida e conhecimento das ações da prefeitura. As entrevistas buscaram conhecer as ações do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza no que concerne ao enfrentamento à vulnerabilidade social vivida pelas mulheres do município.

Para a coleta de dados secundários foi realizada uma pesquisa no *site* da prefeitura do município, onde foi possível perceber as ações que foram adotadas em favor do grupo estudado, bem como os responsáveis pelo órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza.

Como parte da pesquisa-ação do projeto de pesquisa estava prevista a realização de encontros de sensibilização e diagnóstico situacional do público-alvo para o alcance dos objetivos propostos. Contudo, embora tenham sido feitas muitas tentativas, não se obteve êxito.

Em ambos os projetos, docentes participaram da elaboração das propostas, convidaram discentes para participarem como bolsistas e voluntários, entraram em contato com o órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município e mediarão as atividades conjuntas, além de organizarem a estrutura das oficinas e convidarem facilitadores para ministrar as oficinas. Estudantes elaboraram a revisão de literatura, instrumentos de pesquisa, coletaram e analisaram dados, executaram oficinas e elaboraram os relatórios, sob orientação e supervisão da coordenação do projeto.

O tratamento de dados envolveu a coleta e análise dos dados quantitativos e qualitativos, além da interpretação dos dados secundários e da pesquisa-ação. A análise quantitativa utilizou o *Excel* para gerar tabelas e gráficos. Os resultados foram tabulados e analisados através da interpretação dos gráficos à luz do referencial teórico. A análise qualitativa alicerçou-se nos estudos apresentados no referencial teórico, do confronto dos resultados dos dois projetos executados e do histórico apresentado pelo órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Projeto de extensão

As reuniões com membros do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município mostraram a oferta de ações parecidas com a proposta pelo projeto junto ao público-alvo. Durante as visitas, embora o objetivo tenha sido a socialização da proposta, observou-se que os profissionais tinham o desejo de apresentar o trabalho executado pelo órgão e os resultados alcançados por eles. A prefeitura do município oferecia cursos de capacitação em diversas áreas – como em alimentação fora do lar – sendo o elo da Coordenação do Programa Bolsa Família oferecido pelo Governo do Estado. Ademais, o município ainda ofertava algumas ações de cunho assistencial. Os membros do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município relataram a necessidade de estudos para identificar ações mais eficientes para a obtenção de resultados satisfatórios para a mudança da situação de vulnerabilidade, inclusive das mulheres, já que a procura por benefícios é proporcionalmente maior do que por capacitações. Tal cenário é acentuado pela expectativa inicial de boa parte das mulheres que compareceram aos encontros em receber algum auxílio financeiro ou outro tipo de benefício.

Durante o encontro com membros do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município e o público-alvo da pesquisa, foi reforçada a importância de ações de capacitação como ferramentas que poderiam facilitar a obtenção de algum tipo de renda ou independência financeira. A equipe executora do projeto subscreveu o discurso dos membros da prefeitura explicando não apenas a proposta de ciclos de palestras, minicursos e oficinas, como também o objetivo principal do projeto, ou seja, a transformação de vidas através do empreendedorismo gastronômico. Tais resultados endossam a análise de Buaride et al. (2022), ao associar as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres empreendedoras, incluindo questões familiares e psicológicas, visto que, conforme diagnosticado pelo município, a busca por benefícios parecia maior do que por trabalho.

Após o diálogo com representantes do órgão de desenvolvimento social e combate à pobreza do município, foram realizados encontros de sensibilização com o público-alvo e observaram-se demandas relativas à administração financeira e ao empreendedorismo, sobretudo em como se tornar um Microempreendedor Individual (MEI). Também foi evidenciada a necessidade de capacitação em Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e Higiene Alimentar. Após o levantamento de necessidades, foram propostas oficinas de elaboração de salgados, panificação, confeitaria, aproveitamento integral do alimento e sobremesas.

Dados socioeconômicos

A média de idade das mulheres entrevistadas foi de 37,52 anos. Em relação à etnia, 65% se autodeclararam pardas, 24% negras, 4% amarelas e 7% brancas. Quanto ao estado civil, 69% das entrevistadas eram solteiras, 15% casadas, 8% em união estável e 8% viúvas.

No que diz respeito à escolaridade, 35% declararam ter ensino fundamental incompleto, 15% ensino fundamental completo, 23% ensino médio incompleto, 15% ensino médio completo e 12% ensino superior incompleto. Quando questionadas sobre a residência, 58% afirmaram morar em casa própria, 23% em casa alugada e 19% em casa cedida ou emprestada. Quanto à localização da moradia, 92% residiam na zona urbana e 8% na zona rural. Apenas 8% das participantes afirmaram morar sozinhas.

Sobre a composição familiar, 38% das mulheres declararam viver com até duas pessoas, 46% com quatro a sete pessoas e 8% em famílias compostas por oito a dez pessoas. No âmbito econômico, apenas 23% das entrevistadas exerciam alguma atividade remunerada, enquanto 77% afirmaram não possuir ocupação econômica formal ou informal. Entre as que trabalhavam, 83% se declararam autônomas e 17% servidoras públicas.

Com relação à renda individual, 12% afirmaram não possuir qualquer fonte de renda, 16% declararam receber até dois salários-mínimos, 8% entre três e cinco salários-mínimos e 64% afirmaram depender exclusivamente de benefícios sociais. No que tange à participação na economia familiar, 40% das entrevistadas eram responsáveis pelo próprio sustento, enquanto 20% eram sustentadas pelo cônjuge, 20% pelos pais e 20% por parentes ou amigos. A renda familiar de 92% das participantes era de até dois salários-mínimos, enquanto apenas 8% declararam renda entre três e quatro salários-mínimos.

Ainda em relação à renda familiar, 15% das respostas indicaram que apenas uma pessoa vivia com essa renda, 20% que até duas pessoas dependiam da mesma fonte, 15% até três pessoas, 20% até quatro pessoas e 30% em famílias com até cinco pessoas. Esses dados dialogam com informações do IBGE (2021), que apontam uma taxa de participação feminina no mercado de trabalho de 53,3%, inferior à taxa masculina, de 73,2%. Além disso, a informalidade entre as mulheres era de 39,6%, ligeiramente superior à registrada entre os homens (37,3%). Esse quadro reforça a necessidade de políticas públicas voltadas ao empoderamento e à autonomia econômica feminina, especialmente entre aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, questionou-se o interesse das entrevistadas no empreendedorismo gastronômico. Os resultados indicaram que 54% já possuíam alguma experiência na área da alimentação, enquanto 46% não tinham experiência anterior. Quanto ao interesse em atuar no setor, 92% manifestaram interesse em trabalhar na área gastronômica e 88% demonstraram desejo em ter seu próprio negócio. Apenas 12% afirmaram não possuir interesse em empreender.

A aplicação dos questionários permitiu identificar que o público-alvo da pesquisa era, de fato, composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social. Grande parte delas era chefe de família ou dependia financeiramente de parentes, amigos ou benefícios sociais, compondo um perfil socioeconômico fragilizado, compatível com os dados do IBGE (2021) sobre o cenário nacional.

Entretanto, ao cruzar esses dados com informações obtidas em entrevistas realizadas com membros do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza e dos CRAS, bem como com os relatos das próprias participantes, foi possível observar a dificuldade dessas mulheres em compreender a importância de ações mais consistentes para a superação da vulnerabilidade. Algumas entrevistadas relataram tentativas de inserção no mercado formal ou o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras (gastronômicas ou não). Porém, o discurso predominante ainda expressa a expectativa por novos benefícios sociais, revelando uma descrença na possibilidade de alcançar autonomia econômica por meio do próprio trabalho.

Dessa maneira, percebeu-se a importância de ações de extensão da educação que visam a ofertar formação educacional a mulheres em situação de vulnerabilidade social e oferecer-lhes ferramentas para qualificação profissional e para atitudes empreendedoras que possibilitem a transformação dessa realidade. Outrossim, ainda que seja possível observar

avanços relevantes nos indicadores de desenvolvimento humano, verificou-se que seus efeitos sobre a redução das desigualdades sociais no país ainda são limitados, especialmente quando se analisam os segmentos mais vulneráveis da população. Isso se deve à estrutura histórica e sistêmica das desigualdades, profundamente enraizadas nas condições sociais, culturais e políticas do Brasil, como colocado por Mah *et al.* (2023), que afirmam que a vulnerabilidade se caracteriza pela insuficiência ou ausência de proteção social, segurança econômica e acesso a serviços fundamentais, como saúde, educação, moradia e trabalho.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social é perpetuada não apenas pela carência de recursos materiais, mas também pela ausência de condições estruturais e institucionais que garantam a inclusão efetiva e a autonomia econômica e social desses grupos.

Participação na capacitação

As oficinas, com duração de quatro horas, ocorreram quinzenalmente entre maio e junho de 2019, mas tiveram baixa adesão. O órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município entrava em contato com as inscritas antes de cada encontro, informando sobre o transporte disponível para levar as participantes aos cursos, sempre acompanhadas por um funcionário. Apesar desses esforços, a adesão foi abaixo do esperado. Embora 26 mulheres tenham se inscrito, a média de participantes foi de dez, e apenas três concluíram todas as atividades.

Observou-se que, apesar do empenho da equipe e do órgão em capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade em busca de autossuficiência econômica, ainda persiste uma cultura voltada para o recebimento de benefícios sociais, em vez da busca por autossustento. Muitas dessas mulheres não acreditavam ser capazes de gerenciar suas finanças, embora conseguissem sobreviver com o Bolsa Família.

A vulnerabilidade social é um tema complexo, e um resultado isolado não explica totalmente a apatia em relação ao projeto. É necessário incluir aspectos psicológicos, sociais e antropológicos em estudos futuros. Esses estudos podem ajudar as mulheres a perceber a importância das práticas adquiridas nas oficinas, o papel da mulher na sociedade, e a necessidade de se apropriar dos conhecimentos para sua emancipação social.

Além disso, identificou-se a necessidade de investigar as causas da falta de engajamento, uma vez que projetos anteriores, tanto na área de gastronomia quanto em outras, apresentaram resultados semelhantes em termos de participação. Isso pode estar relacionado à dificuldade em superar a situação de vulnerabilidade social.

Diante dos desafios observados, torna-se essencial adotar uma abordagem mais integrada que considere não apenas a capacitação técnica, mas também aspectos psicológicos, sociais e culturais que influenciam a resistência das mulheres ao empreendedorismo. O estudo reforça as análises de Sandua (2025) e Pinto (2011), ao evidenciar que a autossabotagem inconsciente e a dependência dos benefícios assistenciais são fatores determinantes para a baixa adesão às capacitações.

Projeto de Pesquisa

A primeira etapa da coleta de dados foi realizada por meio de questionários e entrevistas, entre maio e outubro de 2021, permitindo uma visão abrangente sobre as características, motivações e desafios enfrentados por essas mulheres. Para compreender os fatores que influenciam o engajamento dessas mulheres em iniciativas empreendedoras, a pesquisa considerou aspectos demográficos, sociais e econômicos que moldam o perfil desse grupo.

A pesquisa realizada com 60 mulheres, entre 15 e 54 anos, revelou que a maioria das participantes, cerca de 44%, tem entre 30 e 39 anos e 50% se identificam como pardas, enquanto 43% se autodeclararam negras. Observou-se que apenas 43% concluíram o ensino médio, enquanto apenas 18% possuíam ensino superior completo. A análise das condições sociais indicou que a maioria vive em áreas urbanas (92%) e em casas próprias (63%). Além disso, 40% dessas mulheres eram as principais responsáveis pela renda em suas famílias. Do ponto de vista econômico, os resultados indicaram o que foi apresentado historicamente: cerca de 53%, ou seja, mais da metade das entrevistadas não tinha nenhuma fonte de renda. Entre aquelas que têm renda, a maioria (42%) recebia até dois salários-mínimos. Quando se observou a renda familiar, 47% das famílias viviam com até dois salários-mínimos e 33% relataram não ter renda alguma. A pandemia teve um impacto profundo na vida dessas mulheres: 60% relataram um aumento significativo no custo de vida. No que diz respeito à assistência social, 38% das participantes recebiam benefícios governamentais, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial.

Embora 53% das entrevistadas tenham experiência prévia na área gastronômica, apenas 50% demonstram interesse em abrir um empreendimento nesse setor. A motivação principal para trabalhar entre essas mulheres era a busca por independência financeira. Contudo, a pesquisa revelou uma baixa participação em programas municipais voltados para o empreendedorismo, o que pode ser atribuído à falta de divulgação e ao suporte técnico necessário para a criação e gestão de negócios gastronômicos, como será abordado na próxima seção.

Os dados coletados e analisados revelam um cenário complexo, em que as mulheres em situação de vulnerabilidade social do município enfrentam uma série de desafios para alcançar estabilidade financeira e autonomia. Embora o empreendedorismo gastronômico apareça como um potencial alternativo de geração de renda e superação da vulnerabilidade, observa-se que barreiras como a falta de qualificação, o acesso limitado a recursos financeiros e o apoio institucional insuficiente dificultam o engajamento efetivo dessas mulheres em atividades empreendedoras.

A pesquisa revelou que, apesar da experiência prévia de boa parte das entrevistadas no setor alimentício, o interesse em empreender na área ainda é limitado, reflexo tanto de um contexto econômico desfavorável quanto da falta de informações e apoio técnico especializado. Os impactos da pandemia, que afetaram intensamente o custo de vida das entrevistadas, somados à baixa renda familiar e à dependência parcial de benefícios sociais, reforçam a necessidade de intervenções que incentivem a capacitação e ampliem o acesso ao empreendedorismo de maneira sustentável.

A segunda etapa prevista para a coleta de dados primários deveria ter sido através da realização de encontros com as mulheres em situação de vulnerabilidade social no município, contudo, não foi possível realizá-la, conforme descrito no quadro 1, a seguir.

Entre setembro e novembro de 2021, diversos esforços foram realizados para organizar encontros por meio do CRAS. No entanto, as iniciativas enfrentaram entraves recorrentes, como atrasos nas respostas, adiamentos.

Quadro 1: Tentativas de reunir mulheres em situação de vulnerabilidade social

DATA	EVENTO
14/09/2021	Foi feita a solicitação inicial ao órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município para entrar em contato com as coordenações dos CRAS.
15/09/2021	Foi dito pelo órgão que seria efetuada a comunicação aos CRAS para que estes atendessem ao projeto.
05/10/2021	É dada anuência para realização da investigação junto aos CRAS.
14/10/2021	Tentativa de agendamento do encontro com as mulheres por meio do CRAS.
18/10/2021	Nova tentativa de agendamento.
28/10/2021	Agendamento realizado junto ao CRAS para o dia 19/11/2021.
19/11/2021	Reunião adiada para 26/11/2021, por conta de outro evento do órgão.
26/11/2021	Reunião não realizada. Sem novos contatos após esse período.

Fonte: Elaboração das autoras, com base nos dados da pesquisa (2021).

Esses obstáculos podem ser atribuídos a dois fatores principais. O primeiro diz respeito à instabilidade gerencial no órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município, resultante da mudança na Administração Municipal. A constante troca de gestores comprometeu a continuidade das ações e prejudicou a familiaridade da nova gestão com os projetos em andamento, limitando sua capacidade de priorizar iniciativas como a proposta pela pesquisa.

O segundo fator refere-se à relutância do CRAS em promover encontros com as mulheres, justificando essa resistência pela alegação de que as participantes só compareceriam se houvesse benefícios materiais associados. Essa postura reflete uma concepção restrita do papel da assistência social, frequentemente percebida como provedora de recursos imediatos, como cestas básicas, em detrimento de ações que visem à emancipação e ao autossustento.

Essa dinâmica não apenas evidencia a resistência institucional, também revela uma cultura de assistencialismo que permeia o relacionamento entre as mulheres em situação de vulnerabilidade e os órgãos de assistência. O adiamento recorrente das reuniões e a falta de comunicação eficaz entre as partes demonstram a necessidade de uma revisão nas estratégias de articulação e divulgação das ações sociais. A ausência de participação ativa das mulheres ressalta a importância de um engajamento mais estruturado, por meio de estratégias de comunicação mais eficientes, como visitas domiciliares realizadas por agentes de saúde e o uso de veículos de comunicação acessíveis, como rádio e carros de som. Em síntese, as tentativas frustradas de reunir mulheres em situação de vulnerabilidade social indicam a necessidade de um maior esforço de articulação entre as instituições, bem como uma sensibilização das mulheres para a importância de

ações que transcendam a assistência material. Iniciativas voltadas à capacitação e ao empreendedorismo são essenciais para a superação da vulnerabilidade social.

Reitera-se, portanto, os estudos do SEBRAE (2023, 2024), Sandua (2025) e Pinto (2011) que concluíram que a resistência de mulheres em situação de vulnerabilidade social às capacitações oferecidas pode estar enraizada em fatores históricos, culturais e psicológicos. Observa-se, porém, que outro fator relevante é a falta de conexão percebida entre a capacitação oferecida e os resultados concretos no curto prazo.

Entrevista com o órgão responsável pelo Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do município

Para a realização da entrevista, foram estabelecidos os objetivos focados na coleta de informações sobre as políticas implementadas, a percepção sobre as necessidades das mulheres em vulnerabilidade e os desafios enfrentados na execução das ações.

Os participantes foram selecionados com base em sua função dentro do órgão, considerando profissionais diretamente envolvidos nas práticas de assistência social. Um roteiro estruturado de perguntas foi elaborado, abrangendo tópicos relevantes, como as iniciativas em andamento, a interação com a comunidade e a percepção sobre a efetividade das políticas. As entrevistas foram agendadas em horários convenientes para os participantes, garantindo um ambiente propício para a discussão dos temas e conduzidas de forma semiestruturada, privilegiando a livre expressão dos depoentes.

As respostas foram registradas por meio de anotações com a autorização dos participantes. A entrevista, realizada em setembro de 2021, revelou tanto as ações realizadas quanto as dificuldades enfrentadas pela instituição no combate à vulnerabilidade social. O órgão relatou que suas principais atividades envolvem concessão de benefícios eventuais, como alimentos e auxílio à moradia, além de iniciativas específicas para o enfrentamento à violência contra a mulher e proteção de outros grupos vulneráveis, como idosos e menores de idade.

No que se refere diretamente às mulheres em situação de vulnerabilidade social, o órgão destacou que a maioria das ações visa a atender mulheres chefes de família, por meio de programas de proteção à família. No entanto, a adesão a programas voltados ao autossustento, como iniciativas de empreendedorismo, é limitada. Segundo relato, as causas dessa baixa adesão incluem o desconhecimento por parte da população sobre os serviços disponíveis e a visão distorcida que muitas mulheres têm do papel da assistência social, que é frequentemente percebida apenas como uma instituição distribuidora de benefícios assistencialistas.

A transição de governo, somada às constantes mudanças na equipe de gestão, contribuem para a descontinuidade de projetos e iniciativas que poderiam beneficiar diretamente as mulheres em situação de vulnerabilidade, visto que, por se tratar de equipe nova, os servidores do órgão, naquele momento, ainda não estavam envolvidos nas ações da política de assistência social, em função do pouco tempo de exercício nas funções. Em resumo e conforme é historicamente comprovado, as transições de governo podem comprometer a continuidade das ações de gestões anteriores, sobretudo em função da necessidade de adaptação de novos servidores. Tais variáveis interferem na implementação de políticas sociais efetivas, comprometendo a eficiência e a abrangência das iniciativas voltadas para a mitigação das desigualdades socioeconômicas. Essa descontinuidade pode resultar em lacunas na execução dos programas, impactando diretamente a população em situação de vulnerabilidade. Observa-se, portanto, a importância do fortalecimento da articulação entre as instituições para a consolidação dos projetos de assistência social a esse grupo.

Essa análise destaca tanto os esforços do órgão quanto os desafios estruturais e administrativos que impedem uma maior efetividade nas ações voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A análise dos dados secundários obtidos a partir da pesquisa no site da prefeitura do município evidencia a complexidade da vulnerabilidade social enfrentada por mulheres, especialmente aquelas que são chefes de família.

Além disso, os dados do Censo 2022 (IBGE, 2024) indicam uma mudança significativa na configuração familiar brasileira. Em 2022, 49,1% das unidades domésticas tinham responsáveis do sexo feminino, enquanto 50,9% eram chefiadas por homens. Essa distribuição reflete uma equiparação entre os gêneros na liderança dos lares, contrastando com o Censo de 2010, quando 61,3% dos domicílios eram chefiados por homens e 38,7% por mulheres. Ademais, mulheres que lideram famílias em contextos de baixa renda enfrentam desafios adicionais significativos, incluindo sobrecarga de funções e inserção em mercados de trabalho informais. Essa informalidade acarreta falta de direitos trabalhistas, como férias remuneradas e licença-maternidade, além de salários mais baixos e condições de trabalho precárias.

A dupla jornada de trabalho é uma realidade para muitas dessas mulheres, que acumulam responsabilidades profissionais e domésticas. Essa sobrecarga limita oportunidades de educação, formação profissional e participação na vida pública, perpetuando um ciclo de pobreza e desigualdade, como colocado por Barbosa (2023), que afirma que as mulheres ainda enfrentam desafios no mercado de trabalho devido à percepção de fragilidade de gênero e questões familiares, criando um ambiente laboral adverso, com assédio e desigualdade.

Esse panorama evidencia as dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social e destaca a necessidade urgente de ações mais efetivas que promovam o empreendedorismo como uma alternativa viável para a melhoria de suas condições de vida. Dessa forma, os resultados indicam a importância de ações integradas que contemplem desde o suporte técnico e financeiro até uma maior articulação das políticas públicas e sociais. Esses esforços poderiam não apenas fomentar o empreendedorismo, mas também oferecer um caminho concreto para que as mulheres em vulnerabilidade social encontrem oportunidades de crescimento pessoal e econômico, contribuindo para a construção de um contexto mais inclusivo e equitativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou os resultados da execução de projetos de pesquisa e extensão voltados à capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade social em um município do Agreste Baiano, utilizando o empreendedorismo gastronômico como ferramenta de transformação socioeconômica.

Os resultados indicaram que o empreendedorismo gastronômico possui um grande potencial para gerar renda e promover a autonomia feminina. No entanto, foram observados obstáculos significativos, como a baixa adesão às capacitações e a persistência de uma cultura de assistencialismo, que dificulta o engajamento em iniciativas voltadas ao autossustento. Tais desafios apontam para a necessidade de estratégias mais integradas, que abordem as barreiras culturais, econômicas e institucionais de forma ampla e coordenada. No tocante à sensibilização acerca da importância de ações de pesquisa para mulheres em situação de vulnerabilidade social por parte da equipe do órgão responsável pelo desenvolvimento social e combate à pobreza do município, recomenda-se a promoção de cursos e oficinas, a fim de esclarecer o papel do órgão no enfrentamento à vulnerabilidade social.

Para avançar na emancipação econômica e social sustentável das mulheres em situação de vulnerabilidade, é essencial aprofundar a compreensão sobre os fatores estruturais que influenciam seu engajamento em ações empreendedoras.

Acredita-se que este trabalho possa fomentar a equidade de gênero, a emancipação e o empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho; contribuir com o desenvolvimento da competência institucional na aplicação de metodologias e instrumentos que materializem os processos de inclusão e permanência das populações historicamente excluídas do sistema educacional e do mundo do trabalho e para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes através de ações de ensino, pesquisa e extensão. Este trabalho também pode colaborar para ampliar a compreensão sobre a influência do empreendedorismo gastronômico na vulnerabilidade social feminina, através de ações mais efetivas, como as apresentadas ao longo do estudo.

Em relação à atividade turística, ressalta-se a importância da harmonia da sua cadeia produtiva. O reconhecimento das potencialidades do empreendedorismo gastronômico é fundamental para o pleno desenvolvimento do turismo. Portanto, as parcerias público-privadas devem se estruturar para fomentar as iniciativas empreendedoras, de modo a torná-las consistentes, ampliar o produto turístico e a atratividade dos destinos.

Considera-se como limitações da pesquisa a ausência de estudos anteriores sobre o tema vulnerabilidade social feminina e empreendedorismo gastronômico e o acesso limitado às entrevistadas, o que não permitiu uma análise mais aprofundada das causas, além da ausência de engajamento em iniciativas de empreendedorismo gastronômico.

Sugere-se que novas pesquisas explorem, de maneira mais detalhada, as causas estruturais da vulnerabilidade social, como desigualdade de gênero, acesso desigual a recursos financeiros e limitações no mercado de trabalho. Além disso, recomenda-se o desenvolvimento de modelos de intervenção que combinem estratégias educativas, psicológicas e econômicas, capazes de romper o ciclo de vulnerabilidade.

Outro aspecto a ser investigado é o impacto de iniciativas similares em contextos sociais e geográficos distintos, bem como a criação de métodos mais eficazes para monitorar e avaliar os resultados das ações implementadas, já que os estudos sobre o tema ainda são insipientes e não foram encontradas outras pesquisas publicadas sobre o tema. Dessa forma, será possível refinar as práticas adotadas e ampliar a aplicabilidade do empreendedorismo gastronômico como

uma ferramenta poderosa para transformação social e redução das desigualdades.

Por fim, estudos futuros poderão considerar envolver órgãos de desenvolvimento social e combate à pobreza, além dos órgãos relacionados ao turismo e promoção de emprego e renda, a fim de confrontar os resultados e verificar as atuações em conjunto, considerando todas as possibilidades da cadeia produtiva do turismo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFBaiano pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Audretsch, D. B., & Moog, P. (2022). Democracy and entrepreneurship. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 46(2), 368-392. <https://doi.org/10.1177/10422587231221797>
- Barbosa, C. V. (2023). Desigualdade de gênero e processo de discriminação no direito do trabalho. *Revista Fórum de Trabalho*. Recuperado em 11 fev. 2025, de: <https://revistaft.com.br/desigualdade-de-genero-e-processo-de-discriminacao-no-direito-do-trabalho/>
- Buaride, A., Gomes, J. de L., Vale, M. P. E. de M., & Nassif, V. M. J. (2022). Barreiras ao empreendedorismo por mulheres. *Revista de Gestão, Empreendedorismo e Megatendências*, 1-14. Recuperado em 11 fev. 2025, de: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/422/758>
- Carvalho, L. (1998). Família chefiada por mulheres: relevância para uma política social dirigida. *Serviço Social & Sociedade*, 19(57), 74-98.
- Cavalcante, L. R. (2022). Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: entre a fragmentação e a resiliência das desigualdades. *Fundação Astrojildo Pereira*. Recuperado em 10 fev. 2025, de: <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/revista-online-politicas-de-desenvolvimento-regional-no-brasil-entre-a-fragmentacao-e-a-resiliencia-das-desigualdades>
- Costa, R. A., & Pereira, M. A. (2023). Empreendedorismo feminino e inclusão social: desafios e oportunidades no setor gastronômico. *Revista Brasileira de Estudos em Administração*, 18(3), 223-241.
- Duarte, R. C., & Fuini, L. L. (2021). O impacto dos Institutos Federais no desenvolvimento territorial: uma análise multiescalar a partir da Plataforma Nilo Peçanha. Instituto Federal de São Paulo. Recuperado em 1º fev. 2025, de: <https://ocs.ifspcaragatatuba.edu.br/sicln/xi-sicln/paper/viewFile/401/123>
- Elias, L. P., Belik, W., Cunha, M. P., & Guilhoto, J. J. M. (2019). Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(2), 215-233. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>
- Freitas, C. G. de, & Lima, J. F. de. (2023). Desenvolvimento socioeconômico na perspectiva das lideranças: o caso do município de Assis Chateaubriand, PR. *Interações (Campo Grande)*, 24(3), 911-923. <https://doi.org/10.20435/inter.v24i3.3720>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. Agência IBGE de Notícias. Recuperado em 1º fev. 2025, de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Pesquisa Nacional de Saúde 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social. Rio de Janeiro. 101 p. Recuperado em 24 jan. 2025, de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=30563&t=publicacoes>
- Instituto Rede Mulher Empreendedora. (2022). Mulheres empreendedoras e seus negócios: 2022. São Paulo. Recuperado em 14 out. 2024, de: <https://materiais.rme.net.br/lab-irme-mulheres-empreendedoras-e-seus-negocios-2022>
- Mah, J. C., Penwarden, J. L., Pott, H., et al. (2023). Social vulnerability indices: A scoping review. *BMC Public Health*, 23, 1253. <https://doi.org/10.1186/s12889-023-16097-6>
- Mohand-Amar, S., Fuentes-Fuentes, M. M., & Ruiz-Arroyo, M. (2024). International entrepreneurship and management journal, 20(5), 2323-2345. Recuperado em 24 jan. 2025, de: <https://link.springer.com/journal/11365/volumes-and-issues?form=MG0AV3>
- Moreira, L. P., & Costa, F. R. (2022). Redes de empreendedorismo e desenvolvimento local em comunidades vulneráveis. *Revista de Economia Regional*, 15(2), 67-85.
- Neri, M. C. (2021). Pobreza, desigualdade e a crise recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Recuperado em 14 out. 2024, de: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf
- Pinto, R. M. F., et al. (2011). Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serviço Social & Sociedade*, 105, 167–179. Recuperado em 14 out. 2024, de: <https://www.scielo.br/jpcp/a/rzhdT5gCxp8sfQm4kzWZCw>

- Reis, D., et al. (2006). Empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável. *Caderno de Administração*, 14(2), 14-24.
- Rodrigues, A. C., & Lima, M. F. (2020). Cooperativas e empreendedorismo local: impactos socioeconômicos em comunidades rurais. *Revista Brasileira de Economia Solidária*, 7(1), 145-164.
- Sandua, D. (2025). Your worst enemy is yourself: Strategies to overcome self-sabotage and achieve success. Independently Published. Recuperado em 12 fev. 2025, de: https://books.google.com.br/books/about/YOUR_WORST_ENEMY_IS_YOURSELF.html?id=mndBEQAAQBAJ&redir_esc=y
- Sebrae. (2023). Os desafios sempre presentes na vida das empreendedoras negras. Sebrae. Recuperado em 14 out. 2024, de: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/conteudos/posts/os-desafios-sempre-presentes-na-vida-das-empreendedoras-negras>
- Sebrae. (2024). O papel da inovação no empreendedorismo: uma leitura obrigatória para empreendedores da era digital. *Inovação Sebrae Minas*. Recuperado em 23 mar. 2025, de: <https://inovacao-sebrae-minas.com.br/artigo/o-papel-da-inovacao-no-empreendedorismo>
- Silva, T. R., & Almeida, J. S. (2022). Empreendedorismo feminino e desafios no acesso a financiamento e redes de apoio. *Revista Brasileira de Negócios*, 19(2), 112-130.
- Thiollent, M. (1985). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Stefanie Amaral da Silva Rabelo: Concepção da pesquisa, revisão de literatura, coleta e análise de dados, texto final.

Fernanda Meneses de Miranda Castro: Concepção da pesquisa, revisão de literatura, coleta e análise de dados, texto final.

Valmir Soares dos Santos: Revisão de literatura.

Editora de Seção: Ana Laura Garcia